

## E quando o Escritor é historiador? Crítica ao “herói” moçambicano em João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa

And when the Writer is a historian? Criticism of the  
Mozambican “hero” in João Paulo Borges Coelho and Ungulani  
Ba Ka Khosa

**Fernanda Gallo** <sup>a</sup>

E-mail: [fernandabggallo@gmail.com](mailto:fernandabggallo@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-3039-7179> 

<sup>a</sup> Universidade de Campinas,  
Instituto de Estudos da Linguagem,  
Departamento de Teoria e História Literária,  
Campinas, SP, Brasil

## RESUMO

Enfocando o conto “Balada da Xefina”, de João Paulo Borges Coelho (2005) e o romance *As mulheres do Imperador*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2018), ambos escritores e historiadores moçambicanos, o presente texto discute a interseção entre memória, história e literatura a partir da figura do herói representada nas duas obras ficcionais. Argumenta-se que o domínio linear e moralizante sobre a narrativa nacional moçambicana e, portanto, sobre os considerados heróis é uma estratégia de legitimação discursiva fomentada pelo partido no poder desde a independência nacional (1975), em um exercício de continuar governando por meio do “script da libertação” (BORGES COELHO 2019), conforme pretende-se mostrar através de casos recentes em diálogo com os textos literários escolhidos e a historiografia produzida (e/ou silenciada) no país.

## PALAVRAS-CHAVE

Literatura. História da África. Ficção.

## ABSTRACT

This text discusses the intersection between memory, history, and literature through the figure of the hero in the short story “Balada de Xefina” (2005) and the novel *As Mulheres do Imperador* (2018), respectively written by João Paulo Borges Coelho and Ungulani Ba Ka Khosa – both Mozambican writers and historians. As we intend to show through recent cases in dialogue with the literary works and the historiography produced (and/or silenced) in the country, the linear and moralizing domain over the Mozambican national narrative (and thus over the considered heroes) is a discursive legitimation strategy fostered by the ruling party in an exercise of continuing to rule through the “script of liberation” (BORGES COELHO 2019).

## KEYWORDS

Literature. History of Africa. Fiction.

## Moçambique pós-independência: a memória em disputa

Em entrevista realizada recentemente, a historiadora brasileira Ana Maria Camargo, que durante anos prestou assessoria ao Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), afirma ter testemunhado dois grandes momentos de reescrita da história moçambicana: “O primeiro, logo após a Independência, quando se negou a história produzida pelos colonizadores; o segundo, quando o país abandonou o regime socialista” (TEIXEIRA SANTOS, 2018, p. 290).<sup>1</sup> No que se refere ao primeiro momento, a historiadora ressalta a ênfase dada a pesquisas que rememoravam aspectos humilhantes vivenciados durante o colonialismo, como o castigo e o trabalho forçado, em contraponto a uma versão do presente focada no progresso pós-independência oferecido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).<sup>2</sup> Segundo Camargo, exemplo dessa vertente histórica teria se materializado no Museu da Revolução, inaugurado em 1978, que diante da situação de penúria vivenciada no país não teria promovido uma esperada identificação com seus visitantes, ou parte deles, uma vez que:

Os jovens, os alunos da Universidade, os estudantes de História — todos passaram a rejeitar, de forma tácita, esse discurso, sem poder fazer uso do dispositivo que nós, brasileiros, sempre mobilizamos em casos similares, inclusive em tempos de censura e perseguições: a chacota e o deboche (TEIXEIRA SANTOS, 2018, p. 291).

O Museu da Revolução segue indicando as muitas tensões existentes entre a história da jovem nação moçambicana e as disputas sobre sua memória. Em 2010, o partido Frelimo iniciou os trâmites judiciais junto à Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) para comprar o Museu, gerando um debate registrado pelo jornal *Savana* no texto “Frelimo compra Museu da Revolução” (NENANE, 2010). O texto jornalístico pondera as diferentes concepções sobre o assunto, a exemplo da fala do analista político Momed Yassin, ao opinar que “Não se explica como é que o Ministério da Cultura permite que um partido político adquira o património histórico-cultural nacional”. Por outro lado, para Jorge Rabelo, combatente da luta de libertação e quadro da Frelimo:

<sup>1</sup> Durante sua estadia em Moçambique, Ana Maria Camargo também ministrou uma disciplina no curso de Licenciatura em História com especialidade em Documentação, orientou trabalhos de pesquisa e prestou assessoria à Universidade na formulação de políticas patrimoniais (TEIXEIRA SANTOS, 2018).

<sup>2</sup> Sobre as primeiras pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), ver o artigo de Carlos Fernandes (2013). Respondendo às críticas de que o CEA teria sido um dos braços da Frelimo, ver o artigo de Colin Darch (2017).

Há razões históricas óbvias para que aquele museu seja pertença do partido, embora possamos questionar hoje se os ideais que ontem nortearam a revolução ainda prevalecem. Será que esse projecto revolucionário ainda é assumido hoje? Mas isso é outra coisa (NENANE, 2010).

As duas falas indicam visões dicotômicas sobre o chamado Estado-Partido, modo pelo qual a Frelimo é frequentemente alocada enquanto o próprio Estado. Tal embaralhamento de instâncias teria se gestado a partir de uma espécie de “script da libertação”, discutido por Borges Coelho (2019). Segundo o pesquisador, esse roteiro narrativo teria sido elaborado e defendido pela Frente de Libertação logo após a independência – e se acentuado quando a Frente se tornou um partido em 1977 – para monopolizar as explicações do passado como uma fonte de inquestionável autoridade na nova nação. Assim, os participantes que estiveram diretamente ligados à luta armada foram legitimados como “naturalmente” aptos a conduzir a nação e elevados à condição de heróis nacionais. Outros personagens que também haviam participado da Frente, mas possuíam propostas políticas diferentes, como Lázaro Nkavandame, foram considerados inimigos da nova nação.<sup>3</sup> Para atingir o maior número de pessoas, o *corpus* narrativo desse *script* foi claro, direto e baseado em binarismos que promovessem uma fácil (e simplista) identificação, como: nacionalismo *versus* colonialismo, revolucionário *versus* reacionário, militar *versus* civil, Frente de Libertação Moçambicana (Frelimo) *versus* Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).<sup>4</sup> Com isso, a experiência da luta de libertação tornou-se um capital simbólico e os que efetivamente participaram da guerrilha ao lado da Frelimo foram (e continuam sendo) autorizados a falar sobre o passado, conforme indicam as diversas autobiografias de ex-guerrilheiros publicadas nos últimos anos e destacadas por Rita Chaves (2019).

Nessa crise da memória como prática pública em que as memórias pessoais se articularam com a memória pública oficial (WERBNER, 1998), a produção histórica moçambicana foi desestimulada, já que sua prática excederia um roteiro narrativo pré-estabelecido. Em outras palavras, a complexidade das análises históricas, aos olhos do Estado-Partido, seria um risco ao domínio sobre o passado, uma vez que

a operação da História procuraria fontes sem qualquer complacência hierárquica e independentemente da orientação política, incluindo as fontes

<sup>3</sup> Nkavandame teve destaque na região norte do país e chegou a coordenar a base militar de Malapende, composta por guerrilheiros-escultores, até se desentender com a Frente (LARANJEIRA, 2018).

<sup>4</sup> Alguns ex-frelimistas aderiram à Renamo, que, até 1984, foi apoiada financeiramente por países vizinhos adeptos do apartheid para desestabilizar o regime socialista.

mais reservadas e sensíveis; e que aplicaria a estas fontes as suas próprias metodologias de validação, incluindo o procedimento do contraditório. [...] Após a independência, o preço a pagar por uma boa relação entre a Política e a História foi assim que esta última se manteve afastada do processo da libertação, incidindo antes em questões mais remotas da história e geografia coloniais. Certamente que a História tinha todos os motivos, incluindo éticos, para se posicionar ao lado do nacionalismo. Todavia, a maneira de expressar essa proximidade e alinhamento constituía ao mesmo tempo a maior ameaça ao Roteiro da Libertação: o debate da saga e a sua reescrita (BORGES COELHO, 2019, p. 10-11).

Essa disputa de narrativas sobre o passado recente está presente tanto nos textos ficcionais quanto nos diversos artigos de opinião e textos acadêmicos dos escritores e historiadores João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa. Ambos estudaram na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo, mas tomaram caminhos diferentes no ofício da disciplina histórica. Após finalizar o curso de formação para professores de História, Ba Ka Khosa foi enviado para dar aulas na província do Niassa, ao norte do país, enquanto Borges Coelho se bacharelou em História e permaneceu em Maputo trabalhando na universidade. Após voltar da experiência no norte - onde conheceu de perto a coerção dos campos de reeducação socialistas, motivo que o fez romper com o poder (LABAN, 1998, p. 1051) -, Khosa retornou a Maputo e ocupou diversas posições no funcionalismo público, ao mesmo tempo em que integrou a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), por meio da qual participou da criação da Revista Literária Charrua em 1984 e lançou seu primeiro romance, *Ualalapi*, em 1987. Borges Coelho seguiu uma carreira mais estritamente acadêmica, doutorando-se em 1994 e publicando tardiamente seu primeiro romance, *As duas sombras do Rio*, em 2003. Importa situar que tanto *Ualalapi* quanto *As duas sombras do rio* rediscutem a história moçambicana, ampliando a narrativa nacionalista sobre ela. Se *Ualalapi* questiona a transformação do Rei Ngungunhane - o temido rei de Gaza derrotado pelos portugueses em 1895 - em herói nacional por parte da Frelimo, *As duas sombras do rio* complexifica a guerra civil moçambicana ao rejeitar o simples binarismo "bandidos armados da Renamo" versus "heróis nacionais da Frelimo".

Importante situar que outros historiadores chamaram atenção para o teor contraproducente da narrativa frelimista nos moldes de narrativa única. O artigo "Da idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique" - possivelmente o primeiro texto a destacar a problemática, publicado em 1986 na revista *Estudos Moçambicanos*, de autoria do então diretor do Centro de Estudos Africanos, Aquino de Bragança, e do historiador congolês Jacques Depelchin - questiona se uma história

exclusivamente focada na luta de libertação dirigida pela Frelimo seria o suficiente para compreender o processo de transição ocorrido entre o período colonial e a independência. Aliás, em outro texto escrito sobre Aquino de Bragança, Jacques Depelchin (2018) lembra que Bragança não apreciava as cartilhas marxistas, sendo que “uma das suas preocupações era ‘desideologizar’ a história e evitar que houvesse temas ou perguntas tabus” (DEPELCHIN, 2018, s/p.). Exemplo nesse sentido, segundo Depelchin, foram as chamadas *Oficinas de História* conduzidas no norte de Moçambique, nas quais os estudantes de história vindos da distante capital deveriam ouvir as narrativas sobre a experiência das zonas libertadas a partir das próprias pessoas que viveram naqueles territórios, considerados símbolos da luta anticolonial. Contudo, para além dos esforços de Bragança e de outros intelectuais do CEA, a historiografia oficial moçambicana continuou pautada na guerra de libertação como fio condutor narrativo da nação, num constante esforço de produção e atualização de uma história de si, uma história abertamente heroica e com suas contradições silenciadas.

Voltando aos casos recentes que continuam marcando as disputas sobre o passado em Moçambique, a figura do antigo líder da Renamo – Afonso Dhlakama, principal opositor da Frelimo e personagem central da guerra civil (1976-1992) – ganhou destaque especialmente nas celebrações de 1 ano da sua morte. Em maio de 2019, a Comissão Política do Partido de Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), por meio de seu porta voz Alfredo Magumisse, declarou: “Em reconhecimento da dedicação, abnegação e sacrifício consentidos pelo saudoso presidente Afonso Machado Marceta Dhlakama, pai da democracia e descentralização moçambicanas, os conselheiros foram unânimes em declará-lo herói nacional” (CALDEIRA, 2019). A fala desencadeou reações imediatas (contrárias e a favor) e situações constrangedoras, como uma mensagem em rede social atribuída à deputada frelimista Alice Tomás, que conclamava “a violação sexual por 10 homens” a Fátima Mbire, pesquisadora do Centro de Integridade Pública (CIP), por considerar o papel histórico de Dhlakama e, portanto, a atribuição do título de herói nacional. Fátima Mbire registrou queixa na Procuradoria Geral da República, e, após grande repercussão na sociedade, especialmente de movimentos feministas moçambicanos, a deputada Alice Tomás negou a mensagem e afirmou que sua conta havia sido invadida por *hackers* (LEONEL, 2019).

A heroicização de Dhlakama em pleno processo de recenseamento referente às eleições presidenciais ocorridas no dia 15 de outubro de 2019 – as primeiras a decorrerem sem sua presença física – e em meio aos impasses sobre a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades e de Paz entre Frelimo e Renamo – fruto da retomada dos conflitos em 2013, no qual a Renamo reivindicou um maior acesso às

instituições do Estado, às Forças Armadas e à Comissão Nacional de Eleições (CNE)<sup>5</sup> –, indica que a politização da memória em Moçambique é uma questão pertinente e que afeta diretamente a política do presente. Como diria Koselleck, trata-se de um futuro concebido pelas gerações passadas a partir do futuro passado (KOSELLECK, 2012, p. 23).

Nesse contexto, os projetos literários de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa apontam para a literatura enquanto possibilidade de se pensar as tensas relações entre memória e narrativa histórica em Moçambique. Assim, estimulada pelo recente debate em torno da heroicização de Dhlakama e em meio à vasta produção literária dos dois escritores,<sup>6</sup> optou-se por discutir, neste texto, a representação do herói no conto “Balada da Xefina”, de Borges Coelho (2005b)<sup>7</sup>, e no último romance de Ba Ka Khosa, *As mulheres do Imperador* (2018), defendendo a hipótese de que os modos como ambos questionam o status de herói nos citados textos alargam a análise sobre o passado e, sobretudo, tensionam seus usos no contexto político do presente. Argumenta-se ainda que ambos os autores tanto rediscutem a história oficial quanto oferecem um novo caminho interpretativo sobre a experiência histórica moçambicana. Como lembra Francisco Noa (2015), as chamadas literaturas africanas vêm produzindo um indissolúvel diálogo com o meio em que elas emergem e apresentam-se como um espaço em que as relações de poder são situadas, notadamente no sentido de subverter as ordens discursivas dominantes. Assim sendo, o presente texto contribui para o debate em torno das interseções entre história e literatura a partir dos textos ficcionais de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, convocando a rasura de fronteiras disciplinares ou, como sugere este dossiê, uma (in)disciplina histórica.

## “Heróis” ficcionais e a problematização da história

“Balada da Xefina” é um dos 10 contos que compõem a obra *Índicos Índicios*, publicada em 2005 e dividida em dois volumes: *Setentrião* (2005a) e *Meridião*

<sup>5</sup> Para um cronograma detalhado dos conflitos entre Renamo e Frelimo ao longo da história, ver: <https://bit.ly/3cigkao> e <https://bit.ly/3bI4mbj>. Acessado em 22 de maio de 2020.

<sup>6</sup> Ungulani Ba Ka Khosa publicou 6 romances, 2 livros de contos, 1 livro de ensaios e 1 livro infanto-juvenil. João Paulo Borges Coelho publicou 7 romances, 3 novelas e 1 livro de contos (dividido em dois volumes).

<sup>7</sup> Por uma questão editorial, na primeira edição de *Índicos Índicios*, seus contos foram publicados separadamente, sendo *Índicos Índicios I: Setentrião* (2005a) o volume que agrega as histórias referentes ao norte do país e *Índicos Índicios II: Meridião* (2005b) o volume com histórias referentes ao sul. Posteriormente, as duas coletâneas foram editadas em volume único pela editora Ndjira, sendo que a edição consultada para este texto data de 2010.

(2005b). Logo no título, percebe-se que o autor convoca o oceano Índico como espaço narrável para se falar de Moçambique e de suas relações sociais, culturais, históricas, em diálogo com os Estudos do Índico e pesquisadores como o historiador Edward Alpers (2019). De uma perspectiva literária, Elena Brugioni (2013) aponta que as possibilidades de uma cartografia alternativa na literatura produzida no Índico ampliam as categorizações meramente linguísticas ou nacionais/regionais, renovando as formas de análise, “proporcionando um contraponto entre representações, que não se fundamenta apenas em critérios de analogia ou semelhança, mas também de diferença, contraste e heterogeneidade” (BRUGIONI, 2013, p. 127). Também Susana Ramos Ventura (2009) indica que as obras de Borges Coelho ultrapassam as fronteiras representadas da nacionalidade e do regionalismo ao variarem os cenários de suas narrativas, desenvolvidas tanto na esfera rural quanto na urbana, englobando o centro bem como o sul e o norte. No caso do conto “Balada da Xefina”, logo na apresentação de *Meridião*, Borges Coelho informa ao leitor:

É sobre uma ilha que, apesar de nunca ter deixado de estar em frente aos nossos olhos, soube sempre manter o recato; sobre como o tempo é linha frágil e como fortes são os contextos que nos prendem. Um documento anônimo da primeira metade do século XIX, *A Guerra dos Reis Vátuas*, publicado pelo Arquivo Histórico de Moçambique, serviu-me de contraponto neste recurso (BORGES COELHO, 2010, s/p).

O citado documento retrata as negociações entre os reis do Cabo Natal, da Matola e de Maputo com Dionísio Ribeiro, governador de Lourenço Marques. O conto, por sua vez, criado a partir do estímulo causado pelo próprio documento, conforme apontou o autor, aborda a memória de dois eventos históricos centrados na Ilha de Xefina: o assassinato do governador Dionísio Antonio Ribeiro, em 1833, e a tentativa de golpe de elementos dissidentes do Frelimo, em 17 de dezembro de 1975, enviados para a ilha. As duas situações são apresentadas ao leitor de forma intercalada e interligadas por um mesmo personagem que narra e participa dos fatos, o jovem Mustafa Issufo.

No primeiro evento, Mustafa Issufo, munido de um sentimento de vingança pessoal, deserta a Fortaleza de Lourenço Marques para informar ao rei da Matola, chamado Maxaquene, as fraquezas militares do governador português Dionísio, retratado no conto como um louco “que anda pelos reinos em redor da fortaleza espetando paus de bandeira como se tudo aquilo fosse seu, sem ter em conta as mínimas normas de vizinhança” (BORGES COELHO, 2010, p. 144). Após a revelação do protagonista,

agraciado como herói pelo rei Maxaquene, e frente à desobediência do governador Dionísio, chamado “filho branco” – categoria que consta na documentação e é reproduzida no conto –, o rei vátua Dingane decide ir atrás do governador, que foge para Xefina, onde, posteriormente, tem seu coração arrancado, fato igualmente registrado na citada fonte histórica.

Embora o uso de registros históricos na criação literária seja algo comum na escrita ficcional de Borges Coelho, interessa-nos aqui pensar o modo como a narrativa histórica é, de certa maneira, alargada na produção desse conto. Conforme o texto avança, a condição de herói de Mustafa é representada pelo autor como algo dúbio e intimamente relacionado ao jogo de poder que se desenrolava no contexto de negociações e disputas entre o governador português e os reis locais. Se por um lado a traição de Mustafa Issufo o tornou herói aos olhos do rei Maxaquene, por outro, na passagem em que a embaixatriz de Maxaquene é desrespeitada por um português que acompanha o governador, o próprio Issufo, que servia de tradutor entre ambos, conversa com o leitor e pontua:

Sei o que estais pensando. Que apesar de língua dela eu também poderia a continuar fazer de herói, interferindo. Não o fiz só pelo medo, vos asseguro, embora também o tivesse. Mas por cálculo, por não saber ainda qual seria o desfecho, se para o lado da Fortaleza se para o lado de Matola, e me agonia a ideia de ficar entalado no meio das duas, bastando e sobrando o protagonismo que já tinha (BORGES COELHO, 2010, p. 154).

Outro trecho que reforça o status de herói como algo relativo e, insisto, absolutamente conectado ao contexto de disputas locais (incluindo as pessoais) e às conseqüentes estratégias criadas nesse meio ocorre logo após o rei Dingane chegar para resolver o imbróglio, e o mesmo Mustafa mudar novamente de lado, afinal:

E quando eu, já cansado de ser herói nesse lugar, estatuto que não me trouxera particular proveito a não ser um ou outro sobressalto, me resolvi bandear para os lados da Catembe, aonde fui contar das fraquezas dos de dentro como já contara aos da Matola, já aproveitando para desvendar também os senãos do Maxaquene que, entretanto colhera na curta convivência com que ele tivera (BORGES COELHO, 2010, p. 155).

Na segunda narrativa do conto, que se passa em fins do período colonial, Mustafa Issufo é enviado a Xefina com outros homens por ter tentado ou pretendido –

“o que nestas coisas de poder o gesto e a intenção fazem parte de um andamento só” (BORGES COELHO, 2010, p. 148) – tomar a presidência no dia 17 de dezembro de 1975, poucos meses após a independência de Moçambique ter sido declarada por Samora Machel. Esse segundo Mustafa Issufo, separado pelo tempo e pela geografia – já que o primeiro teria vindo do sul e este do norte – indica as dissidências e os anseios diversos gerados no bojo do processo de independência e que pouco espaço têm frente a uma história nacionalista hegemônica. Na tentativa de melhor compreender as motivações que fizeram com que fosse nomeado um traidor, o personagem explica que:

Queríamos para nós o que pensávamos que os outros tinham, e o camarada comissário confirmava. Também nós temos direito, dizia ele e eu acreditava. Desconhecendo que o que nos faltava, e que ao menos possuíamos imaginado, os outros também não tinham nem sequer imaginado. A quem explicar isto, agora que já não há ninguém que nos ouça? (BORGES COELHO, 2010, p. 159).

A representação de uma história não linear e não dicotômica, uma das características de Borges Coelho tanto no seu ofício de historiador quanto de escritor, é igualmente ressaltada no trecho em que Mustafa e seus companheiros eram conduzidos a cumprir pena na ilha de Xefina, segundo informa Mustafá, pelos “camaradas nossos que agora se diziam — e mostravam — inimigos e esqueciam-se contudo, ou ignoravam, quão fina é a linha que nos separa. Hoje somos nós que seguimos amarrados, amanhã poderá caber a vez a eles” (BORGES COELHO, 2010, p. 149). Finalmente, e levantando alguma ironia sobre a disputa pelo protagonismo histórico da descolonização moçambicana travada sobretudo entre Frelimo e seus dissidentes, o personagem conclui: “Haver casos em que se é sempre traidor, ou sempre herói, dependendo de quem nos vê e sem termos como sair desta” (BORGES COELHO, 2010, p. 160).

Nessa forma de narrar o passado e de construir uma historicidade dilatada, Mustafa representa um caminho interpretativo que refuta uma pretensa universalidade, geralmente associada à narrativa única sobre o que seria (ou deveria ser) um herói moçambicano. Deve-se lembrar que, no país, os considerados heróis possuem um lugar cativo na Praça dos Heróis e são celebrados a cada 3 de fevereiro, o Dia dos Heróis Moçambicanos, em homenagem a Eduardo Mondlane, fundador da Frelimo e assassinado nessa mesma data, em 1969, na Tanzânia. Em suma, o reconhecimento pela diferença e pela contradição elaborado em torno do personagem Mustafa Issufo apela para um passado que, segundo Linda Hutcheon (1991), é característico de metaficcões historiográficas, as quais se aproveitam das verdades e das mentiras do

registro histórico para compor suas narrativas. Esse modo de textualizar o passado oferece apenas respostas provisórias em meio a um processo de negociação das contradições, “e não um produto satisfatoriamente concluído e fechado que resulte de sua resolução” (HUTCHEON, 1991, p. 13).

A perspectiva de Hutcheon (1991) também pode ser pensada para a obra *As mulheres do Imperador*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2018). O livro, intitulado *Gungunhana*, foi publicado em 2018 e é composto por dois textos: a obra inédita *As mulheres do Imperador* e uma reedição do já clássico *Ualalapi*, publicado pela primeira vez em 1987, dois anos após os restos mortais do Rei Ngungunhane – um dos últimos líderes da região sul a ser derrotado nas chamadas guerras de pacificação portuguesa – serem repatriados a Moçambique num contexto em que a guerra civil arrasava o país, e, com isso, a exaltação de supostos heróis nacionais teria a incumbência de reavivar a memória da libertação.<sup>8</sup> Aliás, o discurso de Samora Machel na cerimônia organizada para receber o “herói regressado” opera uma analogia bastante anacrônica entre Ngungunhane e a Frelimo, evidente no trecho abaixo:

O seu exemplo de coragem, de luta, de resistência permanente, ensinou-nos a amar melhor a liberdade e a desejar morrer por ela, para que o nosso povo fosse livre. O espírito dessa geração de resistentes à ocupação acompanhou-nos quando, em 1962, fundamos a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), inspirou-nos em 1964 ao darmos os primeiros tiros do combate libertador, vibrou conosco a emoção da independência do 25 de Julho e hoje, celebra conosco a primeira década da nossa liberdade. Mdungaz Ngungunhane foi um desses homens (TEMPO, 1985, p. 23 *apud* RAJÃO, 2018, p. 2810).

Sobre esse assunto, Fernando Bessa Ribeiro (2005) discorre sobre a construção de uma narrativa hegemônica, que se pautou, entre outros elementos, no esforço de relacionar Ngungunhane a Eduardo Mondlane, ambos originários de Manjacaze, como símbolos de luta contra o colonialismo. Nesse caso, segundo o autor:

Na narrativa hegemônica abraçada pelas instituições que têm o poder de prescrever e legitimar os discursos identitários fundados na história, presente-se o esboço de um mito fundador da nacionalidade, em que o

<sup>8</sup> As negociações para a repatriação dos restos mortais de Ngungunhane, de seu filho, de seu tio e de um de seus régulos tiveram início em 1983. Poucos dias antes dos 10 anos de comemoração da independência (25/06/1985), uma urna funerária com seu corpo desembarcou em Maputo (RAJÃO, 2018).

herói Ngungunhane é conectado a Eduardo Mondlane através das suas palavras de despedida, que trazem em si a profecia da chegada do sucessor (BESSA RIBEIRO, 2005, p. 260).

Rejeitando a narrativa de Manjacaze como “terra de heróis”, Ba Ka Khosa rompe com esse imaginário ao descrever, em *Ualalapi*, a violência empreendida por Ngungunhane em relação a outros povos. Ainda sobre o tema da heroicização como espaço territorial celebratório, Fernando Ribeiro chama atenção para a já mencionada Praça dos Heróis, localizada em Maputo, e simbolizada por uma tocha que indicaria a união dos povos da nação. *Ualalapi* foi considerado um dos principais romances africanos do século XX, e ficou conhecido por apresentar uma outra versão histórica da figura de Ngungunhane, na qual o autor dessacraliza o mito do herói, ressaltando os aspectos violentos desse personagem histórico envolto em razias, assassinatos e disputas por poder. Segundo Ana Mafalda Leite (1998), *Ualalapi* desmistificou a história produzida tanto pela colonização, em que Ngungunhane foi condicionado ao papel de derrotado por Mouzinho de Albuquerque e exilado nos Açores, quanto pela narrativa histórica do pós-independência, na qual ele é retratado como um herói que resistiu ao colonialismo, ainda que tenha subjugado vários povos locais em um constante jogo de domínio, negociação e conflito. Vanessa Ribeiro Teixeira (2014) pontua que a desconstrução do imperador vem desde o título, que opta por referenciar um dos guerreiros de Ngungunhane, o personagem Ualalapi, e não o próprio líder. Com isso, as reflexões tecidas na obra “reafirmam o lugar de um projeto que ousa ‘editar’ o passado, decididamente na contramão de uma lógica cartesiana, a partir dos vãos do discurso oficial e dos ecos da memória popular” (RIBEIRO TEIXEIRA, 2014, p. 112). Para Jane Tutikian (2014), ao se distanciar dos considerados heróis da nação, politicamente construídos, Ba Ka Khosa incorpora expressões idiomáticas, ditados populares e provérbios do país, e assim “recupera a história moçambicana, num discurso antiépico, mergulhando nas memórias subterrâneas, alimentadas de referências culturais” (TUTIKIAN, 2014, p. 74).

No caso de *As Mulheres do Imperador*, mais uma vez, o autor descentra a figura heróica de Ngungunhane, optando por focar a obra nas suas mulheres oficiais, sobretudo naquelas quatro que retornaram a Moçambique após serem desterradas em Lisboa e depois na Ilha de São Tomé. Foram elas: Malhala (e seu filho), Phatina, Namatuco e Lhésipe (com 2 filhos), somadas a Oaxaca e Debeza (e sua filha), mulheres do antigo rei Zilhalha, súdito de Ngungunhane, que, por sua vez, morreu desterrado em Angra do Heroísmo, na Ilha de Açores, em 23 de dezembro de 1906, com o nome de Reinaldo Frederico Gungunhana.

É importante referir que, antes de iniciar a narrativa sobre as mulheres do imperador, Ba Ka Khosa utiliza elementos pré-textuais que conduzem a leitura e fazem nítida referência à complexa relação estabelecida entre história e memória. Seis são as mulheres que compõem a trama, e seis são as citações utilizadas, sendo que a primeira delas consiste em um trecho da obra *A Ignorância*, de Milan Kundera (2000), que versa sobre o exílio e a ilusão do “grande retorno” do desterrado. A segunda citação, por seu turno, é composta por trechos da obra *A sombra do que fomos*, de Luis Sepúlveda (2019), que versa sobre o idealismo dos exilados da ditadura chilena. A citação de Kundera, o primeiro contato do leitor com o texto, anuncia que:

Nunca acabaremos de criticar os que deformam o passado, o reescrevem, o falsificam, que dilatam a importância de um acontecimento, calam a de outro; estas críticas são justas (não podem deixar de sê-lo), mas não têm grande importância se não forem precedidas de uma crítica mais elementar: a crítica da memória humana enquanto tal (KHOSA, 2018, p. 109).

As outras quatro citações são transcrições de fontes históricas jornalísticas que noticiaram a separação de Ngungunhane e suas mulheres, enviadas a São Tomé. O texto de 23 de junho de 1896 de *O Paiz*, por exemplo, afirma que “privá-lo de todas as mulheres é que não se compreende, porque não se admite que um vencedor imponha voto de castidade a um vencido. Com os Gungunhanas brancos nunca se fez isso, nem se há-de fazer, cremos” (KHOSA, 2018, p. 111). Percebe-se que os elementos pré-textuais escolhidos pelo autor trazem de imediato duas questões pertinentes no que tange à narrativa histórica: o questionamento acerca da memória como fonte inequívoca da construção histórica e o uso de fontes que indicam a existência de diferentes opiniões sobre a prisão de Ngungunhane em Portugal, o que destrona a narrativa celebratória da derrota do “Rei dos Vátuas” como única e, ao mesmo tempo, abala a ideia de colonizador enquanto categoria homogênea. A terceira citação de *O Paiz* (2 de julho de 1986), por exemplo, questiona a vinda das mulheres e dos prisioneiros de guerra para Lisboa, afirmando que: “O governo queria dar espetáculo e explorar com os pobres negros o patriotismo do povo, por isso os mandou vir” (KHOSA, 2018, p. 111). Foi exatamente isso que se viu quando a corte do rei derrotado foi humilhada desde o dia em que chegou a Lisboa, 13 de março de 1896. Estariam os portugueses aplaudindo a derrota de Ngungunhane ou embevecidos com ela? As próprias fontes transcritas por Khosa indicam que não existe uma história única e que, portanto, não pode uma única versão da história ser fonte inquestionável de legitimação do poder. Além disso, o uso de elementos intertextuais pode ser entendido como “uma manifestação formal de um

desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto” (HUTCHEON, 1991, p. 156).

O retorno das mulheres, 15 anos após terem partido forçadamente de Manjacaze, é narrado por meio do processo de ressignificação de cada uma delas em relação à nova cidade com que se deparam. Uma cidade colonial, cuja cartografia é pautada por um espaço urbanizado, a exemplo dos carros elétricos concessionados à empresa *Delagoa Bay Development Corporation* descritos no romance, e marcada pela divisão geográfica entre brancos, negros, indianos, chineses e gregos: calçadas, cafés e estabelecimentos de prostituição destinados aos brancos, em contraposição ao perímetro da circunvalação destinada aos periféricos negros também é uma situação abordada na obra. A esse respeito, discutindo a representação da geografia na ficção, Nazir Can (2016) menciona que:

No continente africano, ou em qualquer outro, a focalização do espaço (público ou privado, urbano ou rural, nacional ou internacional, real ou imaginado, textual ou institucional) não produz o apagamento da História. Pelo contrário. Como remarcam tantos críticos e teóricos da literatura que sobre essa coordenada da existência têm refletido, a eleição deste ou daquele cenário ficcional, por ser sempre de natureza ideológica, é tributária de uma visão específica sobre os regimes de historicidade. Por outro lado, os espaços inscritos nas obras ligam-se aos projetos artísticos e à posição que os autores procuram ocupar no “jogo literário” de seus respectivos campos de atuação. Estudá-los (os autores, as obras e os espaços nelas erguidos) permite que se avaliem, de outro ângulo, as sociedades em questão, suas conquistas e impasses, seus centros e margens, suas tradições e contradições, seus horizontes de possíveis e as violências de que foram e são alvo (CAN, 2016, p. 3).

O que nos importa discutir é o modo pelo qual, no decorrer do romance, a figura autoritária de Ngungunhane, elevado à condição de herói que lutou contra os portugueses, vai sendo subvertida por cada uma das viúvas ao escolherem seus próprios destinos. Pambane torna-se amásia de um escravo liberto em São Tomé e parte para o interior da ilha com ele; Phatina aprimora seu dom de cozinhar, e é a primeira a quebrar o interdito do peixe reservado aos *ngunis*, adaptando-se, portanto, à nova vida que se impunha; Malhala, após viver um grande amor em São Tomé, segue para Xai-Xai, sua terra originária, onde assimila-se ao mundo dos brancos. Já Namatuco, fiel aos hábitos *ngunis*, nega-se a ingerir peixe e, ao voltar a pisar na sua terra, retoma o dom de adivinhar o futuro, dedicando-se o resto da vida a cuidar da terra dos ancestrais e

a manter viva a grandiosidade perdida do Império de Gaza. Namatuco, mesmo ciente que ela e as outras rainhas de Ngungunhane estariam fadadas ao esquecimento, ecoa o prognóstico de Ngungunhane no discurso final da obra *Ualalapi*, especialmente na passagem em que reflete:

Somos o passado. Somos a memória negada. Ninguém vai acreditar em nossa verdade. Esta terra está sendo construída sem o passado. Tudo o que é passado é coisa morta. Os portugueses de hoje serão passado amanhã. Esta terra levará séculos a se encontrar porque vai negar sempre o seu passado (KHOSA, 2018, p. 176).

Oaxaca, ao contrário de Namatuco, é seduzida pelas possibilidades da nova cidade e, contrariando o que se imaginaria para uma das viúvas do antigo Imperador de Gaza, “alegrava-se desse estatuto de desconhecida, de alguém sem passado registrado, de alguém que pudesse reconstruir a sua memória, convocar os fantasmas que lhe agradavam, construir, a seu gesto, a história que lhe interessava” (KHOSA, 2018, p. 203). Segundo as previsões feitas no final da obra por Namatuco – que traçam os destinos históricos das viúvas retornadas –, Oaxaca seria uma cafetina de sucesso. Assim, no romance, cada uma das antigas rainhas ressignifica sua vida, ao lidar de formas singulares com um passado apagado ou, ao mesmo tempo, reificado como heroico, como no caso da tradicional Namatuco.

O romance de Ba Ka Khosa aponta para uma história no feminino, como bem pontuou Carmen Secco no posfácio da obra, e abre um espaço, até então ocupado pelo protagonista e suposto herói Ngungunhane, em direção a outras versões históricas narradas por mulheres cujos destinos díspares indicam que a história é feita de diferentes feitos, algo que Ba Ka Khosa já havia explorado ao tratar das contradições dos campos de reeducação na obra *Memórias Silenciadas* (2013). Em entrevista cedida no ano do lançamento de *Mulheres do Imperador*, o autor afirma:

O que eu quis, na verdade, foi entrar pelo lado do homem, e não na versão que ficou na História. Eu, quando comecei a escrever os meus livros, era professor de História, e na altura dava o império de Gaza em cerca de seis aulas. No livro tentei dar uma outra versão, uma que fosse além das obras da historiografia oficial, que fosse para além até dos factos históricos e que fosse capaz de dar o lado humano e pessoal que se esconde por detrás dessas narrativas. Acho que, se há a possibilidade de abrir várias janelas na História, isso é que é positivo (ALMEIDA, 2018).

As palavras de Ba Ka Khosa sugerem que o passado é uma seleção de acontecimentos transformados em fatos históricos por meio de um conjunto de solicitações do presente. Na “versão que ficou da história”, segundo as suas palavras, as mulheres não estavam incluídas, lembrando que uma narrativa histórica seria, segundo Hayden White:

forçosamente uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma congérie de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo, uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa (WHITE, 1994, p. 65).

Sobre a participação das mulheres na produção de heróis da nação moçambicana, Maria Tavares (2010) indica a preponderância da presença masculina no imaginário nacional, com destaque para nomes como Eduardo Mondlane, Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, entre outros. Exceção nesse sentido seria Josina Machel, combatente da Luta de Libertação Nacional de Moçambique e esposa do presidente Samora Machel.<sup>9</sup> Tavares analisa ainda o modo como Paulina Chiziane abrangeu a atleta e campeã olímpica Lurdes Mutola enquanto heroína moçambicana, no conto “Mutola, a Ungida”, que integra a coletânea *As Andorinhas* (2017), numa tentativa de ampliar o panteão dos chamados “heróis da nação”.<sup>10</sup> A citada coletânea é composta por três contos que versam sobre as trajetórias de Ngungunhane, Eduardo Mondlane e Lurdes Mutola, os quais, postos de forma cronológica, indicariam uma “evolução” dos heróis da nação, especialmente se levarmos em consideração que a atleta Lurdes Mutola não tem qualquer relação com a política militar do país, como assinala Maria Tavares (2010). Ao promover essa operação representativa feminina, heroica e dissociada do mundo político, Chiziane

apresenta a identidade moçambicana como contínua, reconhecendo o seu passado e simultaneamente projectando-se no futuro, permitindo assim a emergência de Mutola como a heroína contemporânea que não só actualiza a imaginação do herói nacional, mas também subverte a conceptualização de heroísmo feminino pela apresentação de uma proposta distinta. Enquanto símbolo que “fala” à comunidade, ela materializa a dissociação

<sup>9</sup> Aos 18 anos, Josina Machel juntou-se à Frelimo na Tanzânia e foi membro do primeiro Destacamento Feminino da Frente e dirigente do Departamento dos Assuntos Sociais. Ela faleceu aos 25 anos no dia 7 de abril de 1971, data em que se comemora o Dia da Mulher Moçambicana.

<sup>10</sup> Lurdes Mutola conquistou a medalha de ouro na corrida de 800 metros nos Jogos Olímpicos de Sidney. Duas ruas, uma escola e um pavimento do clube desportivo de Moçambique foram rebatizadas com seu nome para homenageá-la (TAVARES, 2010).

da identidade nacional e do projecto político, desta feita abrindo o processo de construção da identidade nacional a uma multiplicidade de experiências (TAVARES, 2010, p.127).

É preciso salientar que Ba Ka Khosa e Borges Coelho não são os únicos escritores moçambicanos a problematizar o status de herói no país, conforme mostrou o conto “Mutola, a Ungida”, de Paulina Chiziane. Mia Couto, no texto “As medalhas trocadas”, que integra o livro *Cronicando* (1991), por exemplo, discorre sobre a vida do personagem Zeca Tomé, “homem de mais acaso que destino” (COUTO, 1991, p. 93), que foi medalhado, sem saber por que, no então “dia da raça”, durante o período colonial. Conforme a narrativa avança, ficamos sabendo que a medalha pertencia a outro Tomé, o qual, tempos depois, cobrou-lhe a insígnia de maneira violenta, resultando na prisão dos dois Tomés, na mesmíssima cela. Chegada a independência, o falso Tomé foi novamente condecorado como herói da luta contra o colonialismo por ter sido preso no período colonial. Nessa nova ordem, seus anos de cela, ainda que breves, “rendiam agora juro. Zeca recebia os tributos: graças, cargos, cartões. Estava dispensado de ser cidadão, sofrer as vulgares dificuldades. Bastava-lhe o pedestal daquela lembrança equivocada” (COUTO, 1991, p. 95). Na breve crônica, o camarada Zeca ainda foi condecorado, outra vez, pelo presidente Jivkov da Bulgária e, após escândalos que envolveram o dito Jivkov, acabou por devolver a medalha ao antigo e verdadeiro Zeca Tomé. A trama indica, de forma irônica, a fragilidade circunstancial do status de herói, pautada, por vezes, em meras “lembranças equivocadas”. Ademais, no texto “Novelo Ensarilhado”, presente no livro de ensaios *E se Obama Fosse Africano* (2009), Mia Couto aponta que a luta armada, enquanto narrativa histórica nacional, não teria inspirado os escritores em Moçambique. Para ele, o discurso de exaltação da libertação passou a ser figurado apenas por heróis que nomeiam praças e ruas, mas não têm rosto nem voz, desestimulando sua representação na ficção. Segundo suas palavras: “herdamos uma história heroica de heróis sem história. Personagens sobre-humanas destronaram as pessoas comuns, essa gente humilde que teve medo, que hesitou, que namorou, que se tornou semelhante a todos nós” (COUTO, 2009, p. 201).

## Considerações finais: E quando o escritor é historiador?

Xefina, uma ilha localizada a 5 km da costa de Maputo – a qual está literalmente sendo engolida pela erosão que a cada ano lhe come os destroços do forte e dos 8 canhões lá colocados como defesa durante a Primeira Guerra mundial –, foi o espaço

narrável escolhido pelo historiador e literato João Paulo Borges Coelho, cujo projeto literário procura escapar de uma narrativa única naquilo que chamou fábula histórica, ainda centrada na guerra de libertação como voz autorizada para falar do passado (BORGES COELHO, 2015). Assim como seus romances e novelas, esse conto não tem por objetivo reconstruir a história ou “dar voz” a quem quer que seja (pretensão demasiada arrogante e ilusória, segundo o próprio autor), mas abrir outras frentes no que nomeia “frio do esquecimento”. Nessa mesma direção, Ba Ka Khosa pontua que

A memória é sempre costurada, é preciso escangalhá-la para abrir outros horizontes, janelas e caminhos. A literatura joga um papel fundamental nisso, para conseguir de alguma forma ultrapassar os alinhamentos da História, que é uma ficção controlada, como dizia Agustina Bessa-Luís (ALMEIDA, 2018).

Portanto, os dois textos aqui brevemente apresentados fazem parte de um projeto literário que ousa “editar” o passado, como bem afirmou Vanessa Ribeiro Teixeira (2014). O tom anti-épico problematiza a condição de herói e indica os limites de discursos politicamente construídos que deixam pouco espaço para a representação do real em seus múltiplos e contraditórios sentidos. O problema central que parece mover os dois autores situa-se na crítica à centralidade da narrativa histórica encabeçada pela Frelimo, que, como pontuou Geffray (1991), move-se através da batalha entre um virtuoso espírito nacionalista modelado nos heroicos guerrilheiros, que pegaram em armas contra os portugueses (e que hoje formam a elite econômica do país) *versus* os “valetes do imperialismo”, que não comungaram da mesma narrativa, como a Resistência Nacional Moçambicana, a qual, até hoje, tem seu papel histórico recusado, como ilustrou o episódio recente da heroização de Dhlakama. Ao contrário de outros personagens históricos, Samora Machel tem seu espaço de herói alimentado constantemente em Moçambique. O filósofo moçambicano Severino Ngoenha (2019) discorre sobre as muitas homenagens presentes em canções, poemas, praças e ruas do país que atuam como constante lembrança de Machel:

Outros ressuscitaram-no nos mídias, num misto entre saudosismo e método indirecto de crítica aos governantes actuais. Mas o mais interessante é que Machel foi enterrado como um Farão, isto é, com todos os seus haveres: ideologia política, concepções axiológicas que vão da ideia da justiça, da ideia de identidade, do patriotismo, do papel do Estado e do partido, até aos homens que lhe foram mais fiéis. Ele foi anunciado herói nacional ao som de fanfarras solenes e depois selado hermeticamente numa tumba

para que o cheiro dos seus valores, ideias, ideologia e homens não se soltasse através das fechaduras; e fez-se tudo de modo que ninguém possa de novo ter acesso ao seu reino (NGOENHA, 2019, p. 6).

O ponto nevrálgico do debate sobre os supostos heróis é que, na batalha pela memória, os feitos da libertação continuam servindo como legitimação do poder em uma espécie de fetichismo narrativo, como indicou Alice Dinerman (2007). A autora explica que mesmo os feriados nacionais moçambicanos promovem uma relação umbilical entre o partido e a libertação da nação: O Dia da Independência (25 de junho) “coincide” com a fundação da Frelimo, em 1962. O Dia das Forças Armadas (25 de setembro) “coincide” com o começo da guerra de libertação, em 1964, e com o Governo de transição (setembro de 1974 - junho de 1975). O 4 de outubro, por sua vez, dia dos Acordos Gerais de Paz (1992), é entendido pela Renamo como um feito seu, no que nomeia “a segunda guerra de libertação”, evento que supostamente teria livrado o país do marxismo rumo à democracia, num claro esforço de igualar a guerra dos 16 anos à guerra de independência (DINERMAN, 2007). Continuando na disputa por marcos históricos, o ex-presidente Guebuza localiza a reversão da hidrelétrica de Cahora Bassa de Portugal para Moçambique, finalizada em 2006, como a “segunda independência do país” e, com isso, reaviva a memória sobre a luta contra o colonialismo e pela soberania nacional e legítima; mais uma vez, o papel da Frelimo no tenso campo da memória histórica da descolonização. Outro elemento de fundamental importância é que a disputa pela narrativa histórica implica uma suposta legitimidade no controle dos recursos naturais, criando expectativas e receios em grande parte da população moçambicana, especialmente após os ataques perpetrados no norte do país desde 2018. A exploração dos recursos acaba sendo destinada aos que comungam uma espécie de “direito” natural adquirido na luta de libertação, ou seja, a disputa pelo passado legitima o poder sobre o presente. Como bem advertiu Borges Coelho (2015):

Ao falarmos do passado enfrentamos – como diria Paul Ricoeur (1984) – dois tempos distintos: o tempo daquilo que é enunciado e o tempo da enunciação, que é o presente. Assim, ao perguntarmos ao passado também estamos, de certa maneira, a fazer perguntas sobre o presente. A natureza e qualidade dessas perguntas diz muito da natureza e qualidade das nossas vidas, daquilo que somos hoje.

Paul Ricoeur (1997), muito citado por Borges Coelho em seus textos acadêmicos, relembra a importância de analisarmos criticamente as operações historiográficas, “o saber de si da história” enquanto pretensão de um saber absoluto ou de uma vocação

objetiva. Essa autocelebração ou autodesignação seria característica de uma apologia da modernidade (RICOEUR, 1997, p. 310), e, na contramão dela, o autor explora as limitações internas situadas entre o projeto de verdade e o componente interpretativo da operação historiográfica, afinal:

Trata-se de muito mais do que engajamento subjetivo do historiador na formação da objetividade histórica: trata-se do jogo de opções que baliza todas as fases da operação, do arquivo à representação historiadora. Assim, a interpretação mostra ter a mesma amplitude que o projeto de verdade (RICOEUR, 1997, p. 311).

No que se refere à politização da memória, constata-se a existência de casos recorrentes, como aquele ocorrido no feriado nacional do Dia do Herói Moçambicano, em 3 de fevereiro de 2020, no qual o carro de Manuel de Araújo – prefeito da Renamo na cidade de Quelimane, centro de Moçambique – foi alvejado pela polícia durante uma passeata liderada pelo opositor que questionava a data comemorativa.<sup>11</sup> Já em Maputo, a mesma data serviu como palanque para que o presidente Filipe Nyusi defendesse as Forças de Defesa de Segurança (FDS) e acusasse os chamados “malfeitores” de Cabo Delgado, que, segundo ele, seriam financiados por forças internas e externas.<sup>12</sup> Como exemplo de sucesso contra “malfeitores” do passado, o presidente afirmou que: “as populações decidiram se juntar às forças de defesa de segurança, os atuais heróis, numa experiência que a nossa luta libertária provou ser a mais eficaz no combate contra estes malfeitores”<sup>13</sup>. Mais uma vez, percebe-se que o domínio sobre a narrativa do passado moçambicano tem implicações diretas sobre as explicações políticas do presente. Daí a importância de textos que promovem historicidades outras, ampliam e problematizam o passado e seus supostos heróis, a exemplo de “Balada da Xefina” e *As mulheres do Imperador*.

Por fim, tentando responder à pergunta que mobilizou este artigo – e quando o escritor é historiador? –, Borges Coelho assume que, embora estivesse envolvido com a disciplina de História Contemporânea como professor da Universidade Eduardo Mondlane, sempre teve “claro que a actividade científica é apenas uma das maneiras de dar conta da realidade. A literatura é um processo importante de interpretar aquilo que nos cerca”

<sup>11</sup> Ver DW, 4 fev. 2020: <https://bit.ly/3bFGXXI>. Acesso em: 5 mar. 2020.

<sup>12</sup> Sobre pesquisas recentes acerca dos ataques na Província de Cabo Delgado, consultar os textos disponíveis no Instituto de Estudos Sócio Econômicos (IESE) no portal: <https://www.iese.ac.mz/>.

<sup>13</sup> Para ouvir o áudio da declaração: <https://bit.ly/3vlyhO3>. Acesso em: 5 mar. 2020.

(VENTURA, 2009, p. 50). Refletindo sobre essa fala e analisando as demais obras do autor, parece-me que a natureza mais criativa da literatura e seu descompromisso com a verdade histórica – ainda que a própria história seja aqui entendida como uma narrativa (WHITE, 1995) – possibilitam ao historiador narrar Estórias que a História não aborda, especialmente em um espaço dominado pelo *script* da libertação, como bem resume o trecho abaixo:

Num tal contexto, a História enquanto disciplina acadêmica continua a representar um fator de perturbação para o Roteiro da Libertação, por velhas e novas razões. Estas últimas relacionam-se com uma transição democrática ainda difícil, em que a competição política se reveste de uma retórica militarista e de exclusão do outro. Assim, o fato de que a operação da história não pode ser medida em termos de filiação política, mas antes por paradigmas de rigor e crítica próprios, e de tal só poder ser aferido no interior da disciplina, segundo os seus métodos, procedimentos e níveis, é visto pela política como um sinal de independência muito pouco merecedor de confiança. Sinal claro dessa desconfiança é que, em desafio do que a legislação prescreve, os arquivos permanecem fechados (BORGES COELHO, 2019, p. 18).

Também a crítica literária e poetisa Ana Mafalda Leite (2012) discute essa questão, ao mencionar que,

Se a historiografia não permite, a maioria das vezes, a abordagem das narrativas marginais, das vivências esquecidas, e das emoções que com elas foram experienciadas, a literatura pode ser campo para a invenção de diversas formas de narratividade, em que a pesquisa histórica e antropológica repõe acontecimentos e eventos singulares, envolvidos no desconhecimento, ou caídos no esquecimento (LEITE, 2012, p. 109).

Seguindo essa direção, argumento que os projetos literários de Borges Coelho e de Ba Ka Khosa, dois intelectuais imbuídos de conhecimento histórico, podem ser entendidos como um caminho interpretativo para se analisar Moçambique em seus complexos processos históricos, assim como suas realidades atuais, já que as memórias subterrâneas (POLAK, 1989) levantadas por ambos, ao questionarem uma versão dicotômica e moralizante do passado da história, ajudam a ampliar a ideia da própria experiência histórica e suas contraditórias profundezas, ofuscadas diante de um Estado que se pretende ele próprio Historiador, como indicou Achille Mbembe (1992).

Contudo, possuir um conhecimento histórico ou exercer o ofício de historiador não garantiria, por si só, uma produção ficcional que dilatasse ou problematizasse a compreensão histórica. No fundo, trata-se de um conjunto de informações oferecidas a esses dois historiadores moçambicanos no seu ofício de historiador, tanto em suas atividades de pesquisa e docência quanto na realização de trabalhos de campo em diferentes circunstâncias, que possibilitam uma escrita ficcional pautada em historicidades diversas e nem sempre abordadas pela historiografia. Nesse caso, a análise do tempo histórico proposta por Koselleck ajuda-nos a problematizar a (in)disciplina histórica promovida pelos dois autores, já que situa o advento da modernidade como o contexto em que o tempo teria adquirido uma qualidade histórica: “A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história” (KOSELLECK, 2012, p. 283). Nessa direção, a noção de “tempo histórico” seria formada por um processo no qual a distinção entre passado e futuro, atrelada à noção de experiência e expectativa, teria transformado o futuro em algo capturado de modo prognóstico, “que produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta” (KOSELLECK, 2012, p. 32), diferentemente das previsões apocalípticas que destruíram o tempo. Desse modo, a partir do controle prognóstico do Estado e da filosofia da história, um novo tipo de futuro é constituído. Nesse movimento, é interessante observar o modo pelo qual, em Moçambique, o passado recente da guerra civil é “capturado” e inscrito como uma forma de assegurar um lugar no futuro, afinal, não parece casual que o reacender da guerra em 2013 ocorra justamente num momento em que país vivenciava o aumento da exploração dos recursos naturais como carvão, gás, ou o rubi (GALLO, 2016). Em outras palavras, o retorno a uma guerra do passado recente – e que segundo a narrativa construída pela Renamo foi o evento que teria trazido a democracia a Moçambique – indica a disputa por um lugar no futuro próximo.

Dessa maneira, ambos os autores parecem dialogar – ainda que não se coloquem como escritores de um gênero ou subgênero ou se percebam próximos de uma vertente crítica específica – com o conceito de metaficção historiográfica, no qual a própria história é problematizada enquanto conceito. Linda Hutcheon (1991) defende que tanto a ficção quanto a história são discursos constituídos de sistemas de significação através dos quais damos sentidos ao passado. No caso da textualização do passado por meio da ficção, que parece se aplicar às duas obras aqui analisadas, ela afirma que “A questão já não é ‘a que objeto empiricamente real do passado se refere a linguagem da história?’; mais do que isso, a questão é ‘a que contexto discursivo poderia pertencer essa linguagem?’” (HUTCHEON, 1991, p. 157). Assim, não se trata de minimizar a realidade externa significativa, mas de assumir que a capacidade de conhecer é sempre

parcial, e a linguagem, literária ou historiográfica, representaria essa incapacidade. Um exemplo ímpar nesse sentido é o próprio Rei Ngungunhane, que vem sendo textualizado como herói ou como déspota a depender de quem escreve. Nas palavras de Ricoeur:

A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história (RICOEUR, 1997, p. 329).

Em suma, a narrativa construída em torno de *As mulheres do Imperador* e suas memórias silenciadas – problematizadas pela citação de Sepúlveda que abre a obra: "Nunca confies na memória porque está sempre do nosso lado: suaviza a atrocidade, dulcifica a amargar, põe luz onde só houve sombras. A memória tende sempre à ficção" (KHOSA, 2018, p. 87) – e as contradições do personagem e narrador do conto "Balada da Xefina" nos ajudam, de forma criativa e consistente, a analisar a constante disputa sobre a memória e o protagonismo histórico em Moçambique. Afinal, como indica a derradeira fala do personagem Mustafa Issufo: "Quanto ao que os olhos dos homens nos separam, será sem dúvida a curta distância, essa fina linha que se interpõe entre o herói e o traidor" (BORGES COELHO, 2010, p. 170).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nuno Ramos. Ungulani Ba Ka Khosa. 'A memória é sempre costurada. É preciso escangalhá-la para abrir caminhos'. **Jornal i**, Lisboa, 3 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3qG77xZ>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALPERS, Edward. Moçambique marítimo (séculos XIV – XXI). **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-32, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/143950>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BESSA RIBEIRO, Fernando. A invenção dos heróis. Nação, história e discursos de identidade em Moçambique. **Etnográfica**, Lisboa, n. 2, p. 257-75, 2005.

BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, v. 5, n. 6, p. 29-52, 1986.

BRUGIONI, Elena. Narrando O(s) Índico(s). Reflexões em torno das 'geografias transnacionais do imaginário'. **Diacrítica**, Minho, v. 27, n. 3, p. 121-136, 2013.

CALDEIRA, Aderito. Renamo quer que Dhlakama, 'pai da democracia e descentralização', seja herói nacional em Moçambique. **Jornal Verdade**, Maputo, 10 mai. 2019.

BORGES COELHO, João Paulo. **Índicos Índícios** - estórias. Maputo: Ndjira, 2010.

BORGES COELHO, João Paulo. **Índicos Índícios I**: Setentrião. Lisboa: Caminho, 2005a.

BORGES COELHO, João Paulo. **Índicos Índícios II**: Meridião. Lisboa: Caminho, 2005b.

BORGES COELHO, João Paulo. Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 106, p. 153-166, 2015.

BORGES COELHO, João Paulo. Política e História contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-19, 2019.

CAN, Nazir. A Ilha de Moçambique na ficção de João Paulo Borges Coelho: tensões islâmicas, um pano encantado e os Índicos Índícios. **Revista Todas as Musas**, São Paulo, n. 8, p. 1-11, 2016.

CHAVES, Rita. Autobiografias em Moçambique: a escrita como monumento (2001-2013). **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-21, 2019.

CHIZIANE, Paulina. **As andorinhas**. Belo Horizonte: Nandyala, 2017.

COUTO, Mia. **Cronicando**. Lisboa: Caminho, 1991.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** Lisboa: Caminho, 2009.

DARCH, Colin. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 112-133, 2017.

DEPELCHIN, Jacques. Porque falar do Aquino de Bragança? **Pambazuka News**, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cnPhdW>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DINERMAN, Alice. Moçambique depois do socialismo, a independência revisitada. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 15, p. 101-124, 2007.

FERNANDES, Carlos. Intelectuais orgânicos e legitimação do estado no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 11-44, 2013.

GALLO, Fernanda. (Des)encontros do Brasil com Moçambique: o caso da Vale em Moatize. *In*: MORAIS, Carolina Maíra Gomes; PEREIRA, Matheus Serva; MATTOS, Regiane Augusto de (org.). **Encontros com Moçambique**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. p. 235-264.

GEFFRAY, Christian. **A Causa das Armas**: Antropologia da Guerra Contemporânea. Porto: Afrontamento, 1991.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana**: Ualalapi/As mulheres do Imperador. São Paulo: Kapulana, 2018.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Entre memórias silenciadas**. Maputo: Alcance Editores, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2012.

KUNDERA, Milan. **A ignorância**. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LABAN, Michel. **Moçambique**: encontro com escritores. Porto: Fundação eng. António de Almeida, 1998.

LARANJEIRA, Lia Dias. **Mashinamu na Uhuru**: arte makonde e história política de Moçambique (1950–1974). São Paulo: Intermeios, 2018.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e Escritas nas Literaturas Africanas**: Ualalapi, Ungulani Ba Ka Kosa. Lisboa: Colibri, 1998.

LEITE, Ana Mafalda. Reescrever os limiões da História para repensar a Nação. *In*: LEITE, Ana Mafalda et. al (org.). **Nação e Narrativa Pós-Colonial**: Angola e Moçambique. Ensaios. Lisboa: Colibri, 2012. p. 107-122.

LEONEL, Matias. “Moçambique: CIP exige cassação de deputada da FRELIMO”. **DW**, 9 mai. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3IFL7>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MBEMBE, Achille. Provisional Notes on the Postcolony. **Journal of the International African Institute**, Cambridge, v. 62, n. 1, p. 3-37, 1992.

NENANE, Armando. Frelimo compra museu da Revolução. **Macua**, 27 ago., 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3tea2zz>. Acesso em: 07 mai. 2019.

NOA, Francisco. **Perto do fragmento, a totalidade**. Olhares sobre a literatura e o mundo. São Paulo: Editora Kapulana, 2015.

NGOENHA Severino; BUANAISSA, Eduardo. Fronteiras da Filosofia para a construção da democracia em Moçambique. **ayalaboratorio**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ONie6l>. Acesso em 10 mar. 2021

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAJÃO, Camila Lobato. A História é uma ficção controlada – a Frelimo e a literatura moçambicana. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA: CIRCULAÇÃO, TRAMAS & SENTIDOS NA LITERATURA (ABRALIC), XVI. **Anais** [...]. 2018, p. 2805-2814.

RIBEIRO TEIXEIRA, Vanessa. De Gaza ao Zambeze: a reinvenção da história em Ualalapi e Choriro, de Ungulani Ba Ka Khosa. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v.1, n. 10, p. 110- 121, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. (tomo III). Campinas: Papirus, 1997.

TAVARES, Maria. Karingana Wa Karingana: Representações do heróico feminino em Moçambique. *In*: BRUGIONI, Elena et. al (org.). **Áfricas contemporâneas**: Contemporary Africas. Braga: Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM), 2010. p. 115-130.

VENTURA, Susana Ramos. Considerações sobre a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho. **Navegações**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 49-52, 2009.

TEIXEIRA SANTOS, Patrícia. Arquivo e construção da nação – Entrevista com Ana Maria Camargo. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 285-295, 2018.

TUTIKIAN, Jane Fraga. Ungulani Ba Ka Khosa: o romancista das memórias marginalizadas. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 60- 76, 2014.

WERBNER, Richard. Beyond oblivion: Confronting memory crisis. *In*: WERBNER, Richard (org.). **Memory and the postcolony**. African anthropology and the critique of power. Londres: Zed Books, 1998. p. 1-17.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: A imaginação histórica do Século XIX. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

SEPÚLVEDA, Luís. **A sombra do que fomos**. Tradução de Helena Pitta. Porto: Porto Editora, 2019.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Fernanda Gallo é historiadora (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC), Mestre em Estudos Étnicos e Africanos (Universidade Federal da Bahia - UFBA), Doutora em Antropologia Social (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) e pós-doutoranda em Teoria e História Literária (UNICAMP) com pesquisa sobre os escritores/historiadores moçambicanos Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho. Integra o Kaliban - Centro de Pesquisa em Estudos Pós-Coloniais e Literatura Mundial (UNICAMP) e tem desenvolvido pesquisas em diferentes áreas no que se refere a África Contemporânea.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Sérgio Buarque de Holanda, n. 571, Campinas, SP, CEP 13083-859, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2018/04573-9.

### CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Flávia Varella – Editora chefe

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Fernanda Gallo.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 5 de julho de 2020.

Aprovado em: 18 de março de 2021.